

Carlos Valder do Nascimento

ABUSO DO EXERCÍCIO DO DIREITO

RESPONSABILIDADE PESSOAL

2ª edição
2015





Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César — São Paulo — SP
CEP 05413-909

PABX: (11) 3613 3000

SAC: 0800 011 7875

De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30

www.editorasaraiva.com.br/contato

Direção editorial Luiz Roberto Curia

Gerência executiva Rogério Eduardo Alves

Gerência editorial Thaís de Camargo Rodrigues

Assistência editorial Daniel Pavani Naveira

Coordenação geral Clarissa Boraschi Maria

Preparação de originais Maria Izabel Barreiros Bitencourt Bressan e

Ana Cristina Garcia (coords.)

Maria de Lourdes Appas

Arte e diagramação Claudirene de Moura Santos Silva

Revisão de provas Amélia Kassis Ward e

Ana Beatriz Fraga Moreira (coords.)

Amanda Maria de Carvalho Anhoque

Serviços editoriais Elaine Cristina da Silva

Kelli Priscila Pinto

Camila Arioli Loureiro

Capa Roney Camelo

Produção gráfica Marli Rampim

Impressão Gráfica Paym

Acabamento Gráfica Paym

ISBN 978-85-02-61691-2

Nascimento, Carlos Valder do

Abuso do exercício do direito : responsabilidade pessoal / Carlos Valder do Nascimento. 2. ed. — São Paulo : Saraiva, 2015.

Bibliografia.

1. Abuso do direito - Brasil 2. Direito - Brasil 3. Justiça
4. Ministério Público - Brasil 5. Promotores públicos - Brasil
6. Responsabilidade (Direito) I. Título.

CDU-347.963(81)

Índices para catálogo sistemático:

- | | |
|--|-------------|
| 1. Brasil : Ministério Público | 347.963(81) |
| 2. Brasil : Promotores de justiça : Direito processual | 347.963(81) |

Data de fechamento da edição: 1º-10-2014

Dúvidas?

Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva.

A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

135.848.002.001

967622

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	11
INTRODUÇÃO.....	13

CAPÍTULO I

EXACERBAÇÃO PERSECUTÓRIA DOS PROMOTORES	21
1.1 Preliminares.....	21
1.2 Inadequação fático-jurídica de procedimento dessa natureza	22
1.3 O princípio da presunção de inocência e prova diabólica	25

CAPÍTULO II

REQUISIÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO MP E IMPROBIDADE

ADMINISTRATIVA.....	31
2.1 Preliminares.....	31
2.2 Requisições	32
2.2.1 Elemento subjetivo do tipo	32
2.2.2 Comunicação administrativa e sua qualificação jurisdicional	34
2.3 Qualificação jurídica de correspondências segundo o STJ...	35
2.4 Crítica da jurisprudência do STJ.....	37
2.5 O tom intimidatório das mensagens veiculadas nos órgãos	39
2.5.1 Ameaças explícitas de enquadramento em improbidade administrativa	39
2.5.2 Caracterização dos atos de ofício ou <i>ex officio</i>	41
2.6 Recomendações.....	43
2.6.1 Enquadramento normativo da matéria.....	43
2.6.2 Os excessos de linguagem protocolar.....	44
2.6.3 Não produzem efeitos constitutivos.....	45
2.7 Ação civil pública e sua banalização.....	47

2.7.1 Uma abordagem conceitual	47
2.7.2 A questão da prestação de contas	49

CAPÍTULO III

EXCESSO DE PODER NO PLANO JURISDICIONAL: O CASO DOS ADVOGADOS PÚBLICOS.....	53
3.1 Configuração de quadro abusivo de poder jurisdicional	53
3.2 Abuso de poder	54
3.2.1 Constrangimento ilegal.....	56
3.2.2 Políticas governamentais e os titulares de sua execução	57
3.3 Quadro não configurado de desobediência	58
3.3.1 Mera aparência do fato delituoso	58
3.3.2 Ausência do dever legal de obediência à ordem ju- dicial	60
3.3.3 Descumprimento de ordem legal não implica deso- bediência	61
3.4 Valor intrínseco da liberdade do homem	62
3.5 Manifestação jurisprudencial.....	63
3.6 O desvio e abuso de jurisdição e suas características.....	66
3.7 Contenção da função jurisdicional abusiva	69

CAPÍTULO IV

TEORIA DO ABUSO DO EXERCÍCIO DO DIREITO.....	71
4.1 Preliminares.....	71
4.2 O exercício regular do Direito	81
4.3 Aspectos teóricos do exercício abusivo do Direito	83
4.4 Aspectos pragmáticos do abuso do Direito	89
4.5 Inserção da matéria no Código Civil e no processo	90
4.6 Causalidade no exercício abusivo do Direito.....	95
4.6.1 O exercício do direito e sua eticidade	95
4.6.2 Delimitação dos elementos do nexa causal.....	97
4.6.3 Classificação das causas.....	98
4.7 O exercício do direito processual pelos agentes públicos	101
4.8 Abuso do direito de demandar	104

CAPÍTULO V

ESTADO DE DIREITO, JUSTIÇA E O PROCEDIMENTO ABSTRATO	107
---	------------

5.1 Funções essenciais do MP e do Judiciário.....	107
5.2 Limites de atuação dos entes públicos.....	107
5.3 Direito, justiça e igualdade.....	109

CAPÍTULO VI

RESPONSABILIDADE PESSOAL DOS SERVIDORES (MAGISTRADOS E PROMOTORES)	113
---	------------

6.1 Contextualização do tema	113
6.2 Condutas suscetíveis de responsabilização.....	116
6.3 Caracterização da responsabilidade dos referidos agentes públicos	118
6.4 Possibilidade de configuração do litisconsorte unitário	119

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	123
----------------------------------	------------

REFERÊNCIAS	129
--------------------------	------------